

OAB pede dossiê de ex-presos a Brochado

Malu Pires

Governadoria do Rio de Janeiro.
Rio

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF, enviou ontem solicitação à Secretaria de Segurança Pública para que entregue o dossiê dos desaparecidos políticos de Brasília. Honestino Guimarães, Ieda Delgado, Paulo de Tarso Celestino e Walter Ribeiro. Segundo o relator do processo que investiga os casos, Antônio Carlos Castro, o secretário João Brochado se comprometeu a entregar o documento em uma semana, "mas, passados 24 dias isso ainda não aconteceu".

Castro disse que Brochado fez a promessa de enviar o dossiê no dia 27 de abril, quando foi entregue a ficha política do deputado Carlos Alberto Torres (PPS). "Sem que isto lhe tivesse sido pedido, o secretário, demonstrando boa vontade, disse que pediria o levantamento dos dados existentes sobre os desaparecidos nos arquivos da Secretaria de Segurança Pública", assinou Castro.

A atitude de Brochado, ressaltou o advogado, "está sintonizada com o apoio do governador Joaquim Roriz às investigações.

No dia 8 de maio, ele determinou a criação de comissão que regulamentará o acesso do público aos documentos políticos da secretaria. "Não poderia ser diferente, já que o governador escolheu Honestino Guimarães como estudante símbolo de Brasília", disse.

"Entretanto, a boa vontade demonstrada até agora deve se concretizar o mais rápido possível", declarou Castro. A OAB enviou a mesma solicitação à Vice-

O vice-governador do Rio, Nilo Batista, no dia 6 de maio, prometeu entregar, em um prazo de 15 dias, as informações sobre Honestino Guimarães, que constam dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e do Cenimar (Centro de Inteligência da Marinha) do Rio de Janeiro. "Faz 15 dias e nenhum documento chegou às nossas mãos. Toda demora impede a realização das investigações", frisou Castro.

Comissão

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB) viaja, no final de semana, com a Comissão dos Desaparecidos da Câmara dos Deputados para o Rio de Janeiro. "É objetivo dos parlamentares da comissão cobrarem a agilização do levantamento de Nilo Batista e acredito que não haja maiores problemas de se conseguir isto", assinalou Seixas.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF indicou ontem o deputado Agnelo Queiroz (PC do B) para integrar a comissão do governador que normatizará o acesso aos arquivos políticos da Secretaria de Segurança. Os outros dois componentes são o relator do processo de Honestino Guimarães na OAB/DF, Antônio Carlos Castro, e o deputado federal Sigmaringa Seixas (PSDB).

Os três, junto com assessores do Executivo, marcarão esta semana reunião de trabalho para definir se o acesso deverá ser garantido através de projeto de lei ou de decreto. Em qualquer destas formas, Joaquim Roriz se comprometeu a sancionar a matéria.

Entidade ouve ex-militante

O empresário Álvaro Lins Cavalcante Filho, ex-integrante do Partido Comunista do Brasil, que viveu na clandestinidade de julho de 1969 a agosto de 1980, revelou que de novembro de 1972 até 5 de outubro de 1973, se encontrou regularmente com Honestino Guimarães. O objetivo dos dois era o de organizar uma reunião entre as duas facções políticas que representavam a Ação Popular e a Ala Vermelha. O depoimento foi feito ontem à OAB.

O empresário desconfiou que Honestino Guimarães tinha sido preso quando, contrariando seus hábitos, não se apresentou a um encontro marcado para o dia 12 de outubro, na lanchonete Bob's, na Tijuca, Rio de Janeiro.

Cenimar

"Na ocasião os militantes de

esquerda informavam que o líder estudantil teria sido preso numa ação conjunta do Centro de Inteligência da Marinha (Cenimar) e da agência de inteligência norte-americana — CIA", disse Lins.

Apesar destas notícias, Álvaro Lins cumpriu o ritual que tinham combinado para os encontros. E, 15 dias depois, voltou à lanchonete para esperar por Honestino Guimarães. Ele de novo não apareceu e "boatos da época diziam que estava preso em Brasília", afirmou. De acordo com a mãe do líder estudantil, Maria Rosa Leite Monteiro, seu filho foi preso pelos órgãos de repressão em 10 de outubro de 1973 e no início de dezembro daquele ano se encontrava detido no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) no DF. (M.P.)